CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI ASSEMBLEIA ORDINÁRIA ATA Nº. 02/2022 (Via Google Meet)

Aos vinte cinco dias do mês de janeiro de dois mil e vinte dois, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal do Idoso do Município de Porto Alegre, via Google Meet, denominado PLENO VIRTUAL DO COMUI, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas, sob a Presidência de **NELI MIOTTO**, com a presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL

Luiz Dutra Niederauer, Sociedade Porto-alegrense de Auxílio aos Necessitados -11 SPAAN; Sheila Aparecida Maia Teixeira, Instituto Pobres Servos da Divina 12 Providência - IPSDP; Diego dos Santos Centeno, Associação Comunitária do Campo 13 da Tuca - ACCAT; Ana Beatriz da Silva Freitas, Sociedade Espírita Maria de Nazaré; 14 Eleonora Kehles Spinato, Clube de Mães Cristal; José Alfredo Nahas, Parceiros 15 Voluntários; Rodolfo Herberto Schneider, IGG PUCRS; Neli Miotto, Bancos Sociais do 16 Rio Grande do Sul; Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade; e Rogéria Pazini, Asilo 17 Padre Cacique. 18

19 CONSELHEIROS DO GOVERNO

- Maria da Graça Furtado, **FASC**; Carlos Fernando Simões Filho e Raphael Hertzberg Ramalho, **SMDS**; Ana Rosária Sant'Anna e Veridiana Machado, **SMS**; Ana Luisa
- 22 Madruga de Rodrigues, SMELJ; Cristina Koller Sander, SMC; e Verônica Pereira,
- 23 **SMGOV**.

28

29

30

31

32

33

34

35 36

37

38

39

40

41 42

10

24 FALTAS JUSTIFICADAS:

25 **DEMAIS PRESENTES**

- Lira Rios, Gerência do COMUI; Patrícia Costa Ribeiro, Taquígrafa TG Taquigrafia.
- 27 Após a conferência de *quorum* foram iniciados os trabalhos da Ordem do Dia.

- ABERTURA E APRECIAÇÃO DE ATA:

Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Então, boa tarde a todos, a todas. Vamos iniciar a nossa reunião hoje. Primeiro, a gente dá as boas vindas aos colegas novos que estão substituindo os colegas de férias. E que bom que vocês estão conosco e podem participar, enfim, que a gente consegue realizar as atividades de forma normalmente, porque se não tivéssemos a presença de vocês o *quorum* ficaria mais restrito. Então, nós vamos para a aprovação das atas, a Patrícia nos encaminhou as atas hoje pela manhã. Não sei se alguém conseguiu fazer a leitura, né, mas a gente tem a Ata 44, do dia 07/12, para aprovação. Ela é uma ata mais resumida, ela está mais condensada, até, digamos assim, por conta do contrato da taquigrafia. Então, a gente tem essa ata para fazer a leitura e aprovação. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI: Eu li as duas atas, mas eu acho que a 44 não pode ser uma síntese, ela é a ata de eleição. Esta ata a gente pode precisar para mais alguma coisa, para encaminhar para a Prefeitura para sair a portaria. (A Ata 44 foi encaminhada na íntegra novamente para apreciação). Neli Miotto, Bancos Sociais do

Rio Grande do Sul: A Ata 45 está mais completa. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Eles estavam sem empenho, se quisessem nem fariam a ata. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Mas na ata consta toda a questão da eleição, as pautas feitas. Não sei, eu não vejo objeção em aprovar. Está bem escrita, está dizendo da posse, a eleição, novos conselheiros e tudo. A ata está bem escrita. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade: Eu também li e concordo. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga -ASMOJI: Bem escrita ela está, só não sei se pode ser. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Ela atende os requisitos, Nora. Todos os assuntos pautados estão na ata. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: A gente só precisa ver se serve legalmente para as instâncias. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Presidente, não estaria correto se não estivesse escrito sobre a posse, mas está tudo explicito ali. Eu entendo que ela atende. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Vamos aguardar as gurias verificarem, aí a gente vai para a Ata 45. Maria da Graca Furtado, FASC: A minha sugestão é que a gente vote e aprove agora, caso não seja viável a gente suspende. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Eu concordo, Graça. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Eu entendi. Só me preocupa a questão da validade. Verônica Pereira, SMGOV: Válida ela é. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Lógico que ela é. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: O Gabinete aceita, então? Verônica Pereira, SMGOV: Sim, existiu a reunião, aquilo é o comprovante de que existiu a reunião, quem estava participando e o que foi pautado e deliberado naquele dia. Ela só não é igual aquela na íntegra, mas válida ela é. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Então, vamos colocar em votação assim como está. Se, porventura, tiver alguma objeção no momento da publicação a gente solicita ela na íntegra. Ok? Podemos passar para a votação das atas. VOTAÇÃO DAS ATAS 44 E 45: Maria da Graça Furtado, FASC: Aprovo. Verônica Pereira, SMGOV: Aprovo. Rogéria Pazini, Asilo Padre Cacique: Aprovo. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Aprovo. Raphael Hertzberg Ramalho, SMDS: Aprovo. Ana Luisa Madruga de Rodrigues, SMELJ: Eu me abstenho. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Aprovo. Luiz Dutra Niederauer, Sociedade Porto-alegrense de Auxílio aos Necessitados - SPAAN: Aprovo. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade: Aprovo. Veridiana Machado, SMS: Como eu estou iniciando prefiro me abster Rodolfo Herberto Schneider, IGG PUCRS: Da mesma forma, pessoal, eu estou chegando agora. Então, eu me abstenho também. Ana Beatriz da Silva Freitas, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Aprovo. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Eu aprovo. APROVADAS AS ATAS 44 E 45. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: A Lira já disponibilizou a pauta da reunião de hoje, é uma pauta bastante extensa e eu gostaria de ver se a Câmara de Projetos ou a Câmara de Registros quer retirar alguma coisa. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Eu gostaria de acrescentar na pauta se o COMUI vai passar alguma informação sobre as atividades, que sejam virtuais e não presenciais. Eu acho importante mandar um e-mail com essa orientação. Não sei se vocês concordam, se o pessoal da saúde concorda, mas acho importante pautarmos isso. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Sim, acho bem importante que a gente encaminhe formalmente para as OSCs uma recomendação de realização das atividades virtuais, porque todas as atividades presenciais, na medida do possível, elas sejam virtuais, principalmente no próximo mês, de agora até o próximo mês, que é onde

43

44

45

46

47

48

49 50

51

52

53

54

55

56

57

58 59

60

61

62

63

64

65

66

67 68

69

70

71

72

73

74

75

76 77

78 79

80

81

82

83

84

85 86

87

88

se tem a projeção de que a curva de contágio vai passar a diminuir, né. Então, Lira, se a gente puder fazer esse encaminhamento acho bem importante. Lira Rios, Gerência do COMUI: Tá bom, vocês só me passem o textinho, da maneira que vocês querem e tudo mais, que eu coloco com o *layout* do COMUI e envio para tu assinares, Neli. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Outra coisa que eu queria acrescentar na pauta, a gente discutiu na executiva, acho importante, hoje de manhã até o José Alfredo trouxe de um e-mail para OSCs a respeito dos repasses. Acho que isso precisa ser formalizado de alguma forma, porque está sendo bem difícil. Então, em votação a pauta. VOTAÇÃO DA PAUTA: APROVADA A PAUTA POR UNANIMIDADE. Câmara de Registros, então: Residencial Grande Família.

- CÂMARA DE REGISTROS:

91

92

93

94

95

96 97

98

99

100

101

102

103

104105

106

107

108

109110

111

112

113114

115

116

117

118119

120

121

122123

124

125

126

127

128

129

130 131

132

133

134

135

136137

138

Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Eu posso ler. No dia 18 de janeiro foi realizada visita online para a ILPI RESIDENCIAL GRANDE FAMÍLIA. O residencial existe há 9 anos, é de propriedade de dois irmãos, por isso o nome de Grande Família. Gislaine faz a parte administrativa e Gilnei é técnico de enfermagem. O Residencial tem capacidade para 16 idosas e atualmente estão com 13. No que se refere ao RH, disponibiliza 1 enfermeira com carga horária trabalho de 20 horas semanais, 4 técnicos de enfermagens fixos, 2 técnicos de enfermagem folguistas, 3 estagiários em técnico de enfermagem para dar apoio aos cuidados de higiene e conforto das idosas. Uma nutricionista uma vez por semana, médico duas vezes por mês, 1 psicoterapeuta, 1 higienista, 1 cozinheira e lavanderia própria. Fonoaudiólogo há 3 atuando de forma particular com as moradoras. As atividades de música e violão foram suspensas. O residencial fica em um imóvel de dois andares, bem arejado, o que se torna um pouco preocupante é o terraço que tem, mesmo que tenha colocado a pedido da vigilância um parapeito de um metro, ainda deve-se ter cautela com aquele terraço. Uma escada interna com um pequeno portão que tranca o acesso à escadaria. Deve-se redobrar a atenção por ficar no cômodo da sala de jantar e por ser de livre acesso às idosas, onde pode se apoiar e pode até cair no andar debaixo. Nós fizemos essas observações para eles. Os quartos são de boas janelas, dois duplos e quatro triplos. Somente com moradoras do sexo feminino. O quarto triplo tem banheiro, os demais banheiros são adaptados em frente aos quartos. Ar-condicionado em todos os quartos e campainha para as moradoras que são lúcidas. Segundo a casa, três moradores são grau III. A gente colocou "segundo a casa", porque na nossa opinião não são só essas três. A maioria das residentes são da região, visitas atualmente somente pela janela do residencial. Em 2020/21 duas funcionárias positivaram, nenhuma moradora. A casa não teve nenhum óbito, atualmente com a variante do Covid uma funcionária de serviços gerais positivou e três moradoras iniciaram com sintoma, realizaram o teste e aguardam em isolamento o resultado. A sala é ampla nos dois pisos, posto de enfermagem organizado, com prontuário e armário para medicação individualizada e com chave de guarda. A enfermeira deixa prescritos os remédios e os técnicos fazem a checagem, atendem os moradores. Cozinhas com telas, janelas e portas com telas, solicitadas pela Vigilância Sanitária. Guarda de alimentos de forma organizada. Documentos: PPCI, alvará sanitário com protocolo de solicitação; o alvará de funcionamento vence em fevereiro. Alertamos para agilizarem os documentos que estão quase todos vencidos. Os valores de R\$ 4.900,00 a 6.500,00, dependendo das condições de saúde. Mesmo sendo de pequeno porte percebe-se que o residencial é bem organizado e dentro de suas possibilidades. A sala de medicações e prontuários tem uma organização adequada. A gente achou estranho não ter cuidadores, né, tem somente estagiários, o técnico de

enfermagem trabalha 12 por 36. INDICA A APROVAÇÃO DE CADASTRO desse residencial depois de analisar a documentação e dessa visita virtual. Então, o cadastramento do Residencial Grande Família com número 149. Ok. Alguma pergunta? Rodolfo Herberto Schneider, IGG PUCRS: Eu como médico sempre me preocupo muito com as quedas dos idosos e quando a senhora colocou ali a questão da barreira da escada, talvez, eu não sei se isso é uma situação ainda pendente do residencial. Claro, eu entendo que existem idosas ali com graus diferentes de atividade cognitiva. Então, algumas que já poderiam estar demenciadas, outras não, mas a queda é uma situação muito preocupante e talvez colocar uma barreira física no alto da escada que possa impedir esse trânsito livre. Eu entendo que o pessoal da enfermagem, eles não consequem fazer esse controle o tempo todo, né. E aí, daqui a pouco, a gente pode ter um evento, um desfecho mais grave, ou talvez colocar alguma iluminação na escada mesmo, mas eu acho que uma barreira talvez, sei lá, algo que elas possam não transitar tão livremente. Eu imagino que tenha esse acesso livre da escada, então, essa é a minha maior preocupação nesse momento, né. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Nós também nos preocupamos muito, porque pelo jeito nem tinha essa barreira, a Vigilância Sanitária na visita solicitou no parapeito, na no terraço, um metro e esse portão na saída da escada. O problema é justamente esse, é o trânsito e alguém esquecer ele aberto. Nós recomendamos muito isso, mas como a vigilância está para ir de novo agora lá, porque eles só protocolaram o alvará, eu acho que eles podem fazer essa vistoria e solicitar, ver se está dentro das normas ou solicitar que ele seja mais alto também. A gente tem muita preocupação em dois casos, além das quedas e em caso de incêndio, né. Então, essas duas coisas aqui não se preocuparam bastante no residencial, mas eles estão sendo visitados pela vigilância, que eu acredito que agora na nova vistoria vai analisar bem melhor isso. Nós deixamos o alerta. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Qual a indicação, Nora? Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Somos favoráveis ao cadastro. VOTAÇÃO: Maria da Graça Furtado, FASC: Aprovo. Verônica Pereira, SMGOV: Aprovo. Rogéria Pazini, Asilo Padre Cacique: Aprovo. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Aprovo. Raphael Hertzberg Ramalho, SMDS: Aprovo. Ana Luisa Madruga de Rodrigues, SMELJ: Aprovo. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Aprovo. Luiz Dutra Niederauer, Sociedade Portoalegrense de Auxílio aos Necessitados - SPAAN: Aprovo. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade: Aprovo. Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Aprovo. Rodolfo Herberto Schneider, IGG PUCRS: Aprovo. Ana Beatriz da Silva Freitas, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Aprovo. Diego dos Santos Centeno, Associação Comunitária do Campo da Tuca - ACCAT: Aprovo. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI: Aprovo. APROVADO O CADASTRO. Agora tem outro residencial, eu acompanhei, a Anira, o Diego e a Raguel, é o CUIDANDO EM CASA RESIDENCIAL GERIÁTRICO - HOTELARIA ASSISTIDA. É no bairro Três Figueiras, tem 8 anos, foi estruturado a partir da necessidade de um dos sócios, o Alexandre José Correia Oliveira, a colocar sua mãe no residencial para atendimento. Não satisfeito com o que encontrava convidou o Dr. César Luiz Gonçalves Diogo, médico geriatra, para ser seu sócio, estruturando o residencial como idealizado, com atendimento mais especializado. Surgiu, então, o Cuidando em Casa. O Doutor César Gonçalves Diogo disse que a mãe dele participou do COMUI, a Dona Hilda, mas acho que lá no início do COMUI. Ela está hoje com 90 anos. O espaço é amplo, dois andares com elevador e acessibilidade, cada um dos andares tem cerca de 800 m², área externa

139

140

141

142

143

144

145

146

147148

149

150

151

152153

154

155

156

157 158

159

160

161

162163

164

165

166

167

168

169

170

171172

173

174

175

176

177

178

179

180 181

182

183

184 185

arborizada com quiosque para descanso e eventos. O residencial tem capacidade para 46 moradores, atualmente tem 36 moradores distribuídos nos dois andares, dos 36 moradores 12 são grau III. Sua equipe para atender a totalidade dos moradores conta com 6 enfermeiros, 32 técnicos de enfermagem, médico, 4 fisioterapeutas, 1 nutricionista, 2 fonodiólogos, 1 terapeuta educacional, 4 educadores físicos, 6 serviços gerais, 4 cozinheiras, mais 1 servico terceirizado de alimentação. O residencial também conta com cuidadores que são contratados pelas famílias, muitas famílias querem manter o seu cuidador. Então, também participam da casa. A faixa etária dos moradores é de 79 a 93 anos, a maioria são de famílias do Bairro Três Figueiras e do entorno. Em 2018 a casa iniciou o programa de atividade da Geniativa - Serviços de Saúde e Bem Estar Ltda., é uma prestadora de serviços de educação física e terapia ocupacional, que atua através de um plano de trabalho interdisciplinar diversificado. Atividades como dinâmicas de estimulação cognitiva. memória, raciocínio. criatividade. concentração. gerontomotrocidade, atividades recreativas de lazer e descontração, oficinas de atividades manuais, comemoração das datas festivas, projeto kids, que é uma atividade intergeracional com a Escola Infantil Doce Mel. Os quartos têm modalidades individual, coletivos duplos, triplos e quádruplos. No andar superior há 19 suítes, os quartos com TV, roupeiros, ar-condicionado, câmeras, amplas janelas, extremamente organizados, banheiros adaptados. E os técnicos para entrarem nos quartos acessam com controle digital com senha para monitoramento de hora em hora, fica o registro deles entrando de hora em hora no quarto. Sala de estar e de refeição nos dois andares, com amplas janelas de vidro, uma vista maravilhosa, linda mesmo, de vidro. Cozinha ampla, os alimentos vêm embalados, o almoco e a janta de empresa terceirizada, acompanhada pela nutricionista. Na cozinha são preparados os 10 lanches intermediários e as refeições principais, a cozinha muito bem equipada, higienizada, portas também com acesso com senha. Dois postos de enfermagem grandes, equipados, todos prontuários físicos e digitalizados, acesso ao posto somente com senha, uma porta de vidro, medicamentos em armários de metais. A lavanderia, parte da lavanderia é terceirizada. A sala específica para exercícios físicos, toda equipada. Durante a pandemia 2020/21 no residencial quatro positivaram e houve dois óbitos. No período atual, com a variante Ômicron, dois funcionários positivaram. Documentação: PPCI, alvará sanitário de funcionamento, todos vigentes. Valores: quartos individuais/suítes R\$ 16.000,00, quartos duplos de R\$ 8 a 10.000,00, quatros triplos R\$ 10.000,00 e quádruplos R\$ 8.000,00. Eles têm agora um flat na Lucas de Oliveira, que estão recebendo casais e a gente vai solicitar também que eles registrem esse flat. Então, eu não coloquei aqui porque a gente vai solicitar o registro também. Diz que tem três casais, venderam seus apartamentos e foram para lá. A Câmara de Registros após a análise da documentação e visita virtual na data de 18/01/2022 indica o cadastro do Cuidando em Casa Residencial Ltda. Hotelaria Assistida, com o nº 150. Assim, é um pouco do que a gente viu, porque a gente pode ter esquecido muita coisa. Muito estruturado, muito bem cuidado tudo, uma maravilha de geriatria. Diego dos Santos Centeno, Associação Comunitária do Campo da Tuca -**ACCAT:** Realmente, o espaço é bem organizado, bem higienizado, eles têm um cuidado. Os quartos todos têm segurança, as barras protetoras, os banheiros também são bem equipados com as barras. Existe um cuidado muito grande no trato. O espaço também de lazer eu achei incrível, porque ele é bem amplo, né, as mesas são bem afastadas, eles têm um acompanhamento para cadeirantes tem, todo o acesso. Então, é um espaço realmente maravilhoso. Rodolfo Herberto Schneider, IGG PUCRS: Eu conheço o César, ele é um geriatra muito bom, ele fez a formação toda na PUC. Então, ele sempre foi um médico muito responsável, né. Então, eu imagino que a clínica siga, digamos

187 188

189

190 191

192

193 194

195

196

197

198 199

200

201

202

203204

205

206

207

208

209

210

211

212213

214215

216

217

218

219

220

221222

223

224

225

226

227228

229

230

231232

233

assim, o perfil dele. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Ele próprio nos atendeu na visita virtual, nós conversamos um pouco. E o interessante é que eles contrataram uma empresa, né, que faz todo esse trabalho de lazer, de motricidade com essa Geriativa. Olha, a equipe é quase um por um de técnicos de enfermagem, quase um por um. Rodolfo Herberto Schneider, IGG PUCRS: É um sonho, né! Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: É um sonho! Maria da Graça Furtado, FASC: É importante explicar porque esta câmara está indicando o cadastramento. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: A gente, sim, para os novos. Sim, a gente acaba esquecendo e é bom lembrar, Graça. É porque nós temos duas modalidades de registro, né. As OSCs, que são as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, essas quando se registram no COMUI podem ter acesso ao Fundo do Idoso, tanto através dos editais quanto para captação, porque isso é garantido pela lei do marco regulatório, né. O marco regulatório acessa o fundo somente para inscrição sem fins lucrativos. Como o Estatuto do Idoso prevê no seu artigo que todas as entidades que trabalham com idosos, independente da sua categoria, classificação, elas devem ter um registro, ou o Conselho da Assistência Social, ou no Conselho do Idoso. Então, só que essas com fins lucrativos elas não têm acesso ao Fundo do Idoso, evidente, nem para editais, nem para captação de recursos. Então, a gente só dá um cadastro, um número. Nós visitamos, antes da pandemia nós fazíamos a visita presencial, que é muito melhor, com certeza muito melhor, é lento, mas muito melhor. Então, a gente dá o cadastro, dá um número de cadastro do COMUI, que elas ficam cadastradas no COMUI. Então, a gente tem essas duas modalidades. Então, é isso. As empresas, as com fins lucrativos a gente só faz a visita e o cadastro, o Ministério Público acompanha, faz a visita e a ILPI que não está cadastrada no COMUI ele dá prazo de 30 dias para se cadastrarem. Então, eles estão sendo grandes parceiros com o que a gente tem. Nós já temos atualmente 150 com fins lucrativos cadastradas e nós temos 75 registros. Então, esta tem o número 150. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Isso é uma coisa importante, porque a gente enquanto Conselho do Idoso consegue de aproximar dessas instituições e na medida do possível fazer as orientações que sempre são cabíveis. Então, assim como essas sem fins lucrativos precisam de uma orientação, as que não têm fim lucrativo também são importantes, porque cuidam dos idosos, que é o nosso foco principal. Então, todas essas que atuam com idosos para nós é importante que estejam vinculadas para que a gente tenha essa proximidade também. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: A gente sempre deixa claro que a nossa função é para orientar, né. É conhecer as empresas que trabalham e dar uma orientação. Claro, nós já encontramos algumas em situação extremamente precária, daí nós encaminhamos para a vigilância fazer uma nova visita e nos auxiliar nesses regramentos da instituição. São poucas, desde que estou no COMUI umas 5 ou 6 só que foram encaminhadas para a vigilância, mas existem. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Só a título de informação, vocês já devem estar também sabendo, eu tenho estudado bastante a nova lei do CEBAS, lá tem um artigo sobre as ILPIs, permitindo, inclusive, que essas entidades tenham certificado de assistência da assistência social, desde que elas façam 70%, que façam de forma gratuita, mas permite que elas passem a cobrar. Eu não sei se vocês chegaram a acessar essa nova lei agora, porque isso vai impactar, Nora. Vai ser como as da Saúde, elas podem ter fins lucrativos, mas vão poder ter uma cota de gratuidade. Isso vai impactar nas questões de acesso ao Fundo. É bom a gente começar a dar uma lida nesse sentido. Eleonora Kehles Spinato,

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256257

258

259

260

261262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278279

280

281

Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Alguém tem alguma 284 pergunta sobre esse residencial? Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: 285 Então, vamos para votação. VOTAÇÃO: Maria da Graça Furtado, FASC: Aprovo. 286 Verônica Pereira, SMGOV: Aprovo. Rogéria Pazini, Asilo Padre Cacique: Aprovo. Neli 287 Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Aprovo. Raphael Hertzberg Ramalho, 288 SMDS: Aprovo. Ana Luisa Madruga de Rodrigues, SMELJ: Aprovo. José Alfredo 289 Nahas, Parceiros Voluntários: Aprovo. Luiz Dutra Niederauer, Sociedade Porto-290 291 alegrense de Auxílio aos Necessitados - SPAAN: Aprovo. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, 292 Lar da Amizade: Aprovo. Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Aprovo. Rodolfo Herberto Schneider, IGG PUCRS: Aprovo. Ana Beatriz da Silva Freitas, Sociedade Espírita 293 Maria de Nazaré: Aprovo. Diego dos Santos Centeno, Associação Comunitária do 294 Campo da Tuca - ACCAT: Aprovo. Eleonora Kehles Spinato, Associação de 295 Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI: Aprovo. APROVADO O CADASTRAMENTO. 296 Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Passamos agora para a Câmara de 297 Projetos. Verônica, podemos comecar. 298

- CÂMARA DE PROJETOS:

299

301

302

303 304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315316

317

318

319

320

321

322

323

324 325

326

327

328

329

300 Verônica Pereira, SMGOV: Então, vamos começar com a Associação dos Ferroviários.

ASSOCIAÇÃO DOS FERROVIÁRIOS. Projeto: Vida Plena 60+. Processo SEI nº: 20.0.000100937-1 - Termo de Colaboração 013/2020. Edital 001/2020. A OSC, vem através de oficio 08/DIR/2022 solicitar a inclusão de pagamento da anuidade de 2022 do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO, no valor de R\$ 393,60, a ser pago até 31/01/2022. PARECER DA CÂMARA: Considerando que a Resolução 174/2021 aprovou a utilização de saldo remanescente, no valor de R\$ 11.473,53, na rubrica de "serviços de terceiros", esta Câmara é FAVORÁVEL A INCLUSÃO DA REFERIDA DESPESA. Solicitamos que a entidade envie planilha de custos atualizada, considerando as inclusões/exclusões já aprovadas por este Conselho referente ao Termo de Colaboração 013/2020. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Então, vamos colocar em votação. VOTAÇÃO: Maria da Graça Furtado, FASC: Aprovo. Verônica Pereira, SMGOV: Aprovo. Rogéria Pazini, Asilo Padre Cacique: Aprovo. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Aprovo. Raphael Hertzberg Ramalho, SMDS: Aprovo. Ana Luisa Madruga de Rodrigues, SMELJ: Aprovo. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Aprovo. Luiz Dutra Niederauer, Sociedade Porto-alegrense de Auxílio aos Necessitados - SPAAN: Aprovo. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade: Aprovo. Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Aprovo. Rodolfo Herberto Schneider, IGG PUCRS: Aprovo. Ana Beatriz da Silva Freitas, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Aprovo. Diego dos Santos Centeno, Associação Comunitária do Campo da Tuca - ACCAT: Aprovo. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Aprovo. APROVADO O PARECER. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Câmara de Projetos, o próximo. Verônica Pereira, SMGOV: Então, é a ASMOJI -ASSOCIAÇÃO DE MORADORES JARDIM IPIRANGA, Projeto Edital de chamamento Público Nº 01/2020 - COMUI - Proteção e Promoção dos Direitos dos Idosos. Processo SEI nº: 20.0.000101965-2. A OSC, retorna, através do ofício 06/2021, o Parecer encaminhado em 20/12/2021 e 10/01/2022 quanto a solicitação de autorização para utilizar a sobra dos itens correspondentes despesas correntes, para pagamento de: 01 mês da coordenadora do projeto com provisão e encargos e mais 01 horas aulas de

alongamento com provisão em encargos. O restante do mês o professor se propôs a continuar as aulas de alongamento. Foram utilizados recursos a menor em diversos itens do orçamento físico-financeiro que totalizou uma redução de 5.721,12. PARECER: A Câmara de projetos é FAVORÁVEL À UTILIZAÇÃO DE SALDO NAS DESPESAS acima referidas. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Votamos, então. VOTAÇÃO: Maria da Graca Furtado, FASC: Aprovo. Verônica Pereira, SMGOV: Aprovo. Rogéria Pazini, Asilo Padre Cacique: Aprovo. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Aprovo. Raphael Hertzberg Ramalho, SMDS: Aprovo. Ana Luisa Madruga de Rodrigues, SMELJ: Aprovo. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Aprovo. Luiz Dutra Niederauer, Sociedade Porto-alegrense de Auxílio aos Necessitados - SPAAN: Aprovo. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade: Aprovo. Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Aprovo. Rodolfo Herberto Schneider, IGG PUCRS: Aprovo. Ana Beatriz da Silva Freitas, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Aprovo. Diego dos Santos Centeno, Associação Comunitária do Campo da Tuca - ACCAT: Aprovo. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga -ASMOJI: Aprovo. APROVADO O PARECER. Verônica Pereira, SMGOV: CLUBE DE MÃES DO CRISTAL. Projeto: Idoso Ativo, Vida Saudável. SEI 21.0.000090297-4. TF: 012/2021. A OSC encaminhou ofício em 15 de janeiro de 2022, solicitando alteração de profissional na rubrica de serviço de terceiros do TF 012/2021. Eles solicitam retirar o item 3.2 atendimento biblioteca no valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais), transferindo o valor para o item 3.3 bibliotecária responsável, que passará de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais). A justificativa apresentada foi a desistência da atendente e disponibilidade de carga horária da bibliotecária, que assumirá o atendimento integral da Biblioteca Comunitária do Cristal, de segunda a sábado no período da tarde. PARECER DA CÂMARA: A Câmara de Projetos é de parecer FAVORÁVEL À SOLICITAÇÃO DA OSC DE ALTERAÇÃO DE PROFISSIONAL, conforme ofício de 15 de janeiro de 2022. VOTAÇÃO: Maria da Graça Furtado, FASC: Aprovo. Verônica Pereira, SMGOV: Aprovo. Rogéria Pazini, Asilo Padre Cacique: Aprovo. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Aprovo. Raphael Hertzberg Ramalho, SMDS: Aprovo. Ana Luisa Madruga de Rodrigues, SMELJ: Aprovo. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Aprovo. Luiz Dutra Niederauer, Sociedade Porto-alegrense de Auxílio aos Necessitados - SPAAN: Aprovo. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade: Aprovo. Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Aprovo. Rodolfo Herberto Schneider, IGG PUCRS: Aprovo. Ana Beatriz da Silva Freitas, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Aprovo. Diego dos Santos Centeno, Associação Comunitária do Campo da Tuca - ACCAT: Aprovo. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Aprovo. APROVADO O PARECER. Verônica Pereira, SMGOV: HOSPITAL ESPÍRITA DE PORTO ALEGRE. Projetos: Reforma de Unidade de Internação pelo SUS. Processo SEI nº: 21.0.000015448-0. TERMO DE FOMENTO 004/2021 - COMUI. A OSC solicita através de ofício datado de 18 de janeiro de 2022 e 20 de janeiro de 2022 inversão de itens da planilha de custos da 1ª e 2ª parcela. Na primeira parcela estava previsto a aquisição de Louças e Metais e na segunda a colocação de gesso acartonado, por necessidade do andamento da obra. Solicita a inversão para que na primeira parcela seja realizada a despesa com a colocação de gesso acartonado, passando para a segunda parcela a despesa com aquisição de louças e metais. Solicita também autorização para pagamento dessa despesa no final de janeiro/22. A entidade recebeu recurso da 1ª parcela em 26/10/2021, com prazo de 60 dias para aplicação, ou seja, até 26/12/2021.

330

331

332

333

334 335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348349

350 351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

PARECER: A Câmara de Projetos é FAVORÁVEL quanto à inversão de despesas da parcela 01 e 02, bem como a prorrogação por 45 dias (até 10/02/2022) para execução e aplicação dos recursos recebidos na Parcela 01 do TF 004/2021 e, consequentemente, a prorrogação para prestação de contas. Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Posso fazer um comentário? O Jorge lá do Hospital Espírita entrou em contato comigo para pedir orientação sobre esse ofício. Na verdade, eles não querem uma extensão de prazo até 10 de fevereiro, eles precisam receber a segunda parcela na data, que seria 30 de janeiro. Verônica Pereira, SMGOV: Mas isso não está escrito em ofício nenhum. Tem três ofícios da entidade... Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Mas eles não pedem extensão de prazo, eles pedem o pagamento em janeiro. Verônica Pereira, SMGOV: Mas o prazo já encerrou para utilização do recurso da parcela um, encerrou no final de dezembro. Esse gasto com gesso acartonado, eles precisam ter prazo para pode resgatar, senão não vai ter como gastar, porque já encerrou o prazo de aplicação. Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Mas o que diz textualmente no ofício? Para pagamento em janeiro, se tu adiares, se der uma prorrogação até fevereiro, vai ser postergado o pagamento da segunda parcela e vai atrasar a obra. Verônica Pereira, SMGOV: Mas enquanto não for publicada a resolução eles não podem fazer. no momento que eles concluem a prestação de contas, assim que tiverem a resolução, eles concluem a prestação de contas, informa, eles já estão aptos a receber a segunda parcela, independente se já encerrou esse prazo. Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Já foi concluída. Verônica Pereira, SMGOV: E como que eles já gastaram? Foi aprovado pelo Conselho a inversão da despesa. Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Eles já fizeram a prestação de contas, está faltando somente esse pagamento, que vai ser feito assim que foram aprovados. Então, não precisa extensão de prazo até fevereiro, porque isso vai alongar o crédito da segunda parcela, eles vão ter que parar a obra. Verônica Pereira, SMGOV: Não, Anete, assim, se a gente der 30 dias de prazo, é amanhã que encerra o prazo, amanhã não vai sair a resolução publicada. Então, a gente ainda depende do trâmite da publicação da resolução. Assim que eles tiverem a publicação que podem efetuar o gasto e prestar contas. No momento em que eles prestarem contas e encaminhar e-mail para a prestação de contas, informando que foi concluída, já pode ser liberada a segunda parcela. Independente se ainda restam dias dentro desse prazo ou não. Essa margem... Isso é com certeza, essa margem é o que o que dá de folga para ter a publicação da resolução e assim ele efetuarem o gasto, porque eles não poderiam efetuar o gasto antes da publicação da resolução. A autorização, na verdade, só é concretizada na publicação da resolução. Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: O gasto já foi efetuado, Verônica. Verônica Pereira, SMGOV: Erroneamente, porque eles não têm aprovação do Conselho, como que já foi efetuado? Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Sim, o gasto já foi efetuado e aí eles foram orientados pela EOF para fazer essa solicitação. Eles não sabiam que tinham que pedir para fazer uma inversão, que tinham que fazer ofício e toda essa solicitação. Eu expliquei para eles que teriam que fazer isso, mas, inclusive, o gasto já foi efetuado em janeiro. A prestação de contas já está com saldo zerado lá no SGP. Verônica Pereira, SMGOV: No momento que tiver a publicação da resolução eles conseguem concluir a prestação de contas e receber a próxima parcela dentro da quinzena escolhida por eles dentro do plano de aplicação. Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Dia 30 de janeiro? Verônica Pereira,

378

379

380

381

382 383

384

385

386

387

388

389 390

391

392

393

394

395

396 397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409 410

411

412

413 414

415

416

417

418 419

420

421

422

423

424

SMGOV: É. Se estiver publicada a resolução até lá. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Não foram eles que falaram para nós que tinha dois links, que eles prestaram contas em um e a EOF não tinha visto? Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Foi! Foi isso mesmo. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga -ASMOJI: Tinha dois links na SGP, eles prestaram contas em um link e a EOF tinha dado como se eles não tivessem prestado contas. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: O que acontece é que tinha dois links, mas um deles só era válido até 31 de dezembro, pelo o que o pessoal nos comunicou, inclusive o Leandro comunicou. E que a partir do dia 1º de janeiro ele foi desabilitado e aí só estava habilitado o outro. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI: Sim, mas tem duas coisas que são falhas aí, primeiro que não foi e-mail para as OSCs explicando tudo isso. Segundo, nem todas tem dois links, tem uns ainda que tem um link só, que na reunião da executiva a Andreia colocou que tem que fazer o tal do apostilamento para poder lançar no link. Então, isso está atrasando mais ainda, vai atrasar mais de 10 dias. Eu acho que está dando algumas confusões, porque eles entraram em contato, eles tinham lançado a prestação de contas no link, provavelmente eles lançaram a prestação no da SMGOV. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: è possível. Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Foi isso. Primeiro o que ele me relatou do Hospital Espírita, primeiro que demoraram não sei quanto tempo para liberar o cadastro dele para ter acesso ao SPG. para ele poder digitar. E depois, quando ele finalizou a digitação e informou que tinha concluído a prestação de contas, disseram que não tinha nada lá digitado. Aí que eles informaram que tinha outro link, que ele tinha que digitar no outro link. E também como ele mandou esse ofício agora, disseram que tinha que esperar a resolução para considerar concluída a prestação de contas. Então, é só aguardar a publicação da resolução, não precisa extensão de prazo para fevereiro. É isso que eu estou querendo dizer, se estender para fevereiro eles não vão creditar a segunda parcela. Ele disse que não vai conseguir pagar ninguém, vai ter que parar a obra. Verônica Pereira, SMGOV: Tudo bem, se a gente fizer a prorrogação até 30, quando que ele lançou a despesa? Porque isso faz muita diferença... Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Não sei, foi em janeiro. Verônica Pereira, SMGOV: Exatamente, por isso que a gente não pode interferir tanto assim. Eu não sei quando que ele lançou a despesa, se a gente não fizer nenhuma prorrogação, nada do que ele colocou depois de 26 de dezembro terá validade. Ele tinha autorização até 26/12 para realizar gasto. No ofício eles pediram prorrogação porque esse gasto seria só no final de janeiro. Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Verônica, justamente por isso veio um ofício solicitando a aprovação do COMUI para a inversão do pagamento. Verônica Pereira, SMGOV: E também a prorrogação, eles pediram no ofício a prorrogação. Eu não tirei da minha cabeça. Desculpa, mas está escrito... Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Até janeiro, não até fevereiro. Verônica Pereira, SMGOV: Mas janeiro já é agora, semana que vem tem feriado, se a resolução demorar um pouquinho mais já não consegue. Então, é uma pequena margem para resquardo até da própria instituição. O que não vai afetar o próximo repasse, porque se eles concluírem a prestação de contas antes, beleza, já estão aptos para receber. Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Bom, é assim, eu estou relatando o que me foi dito, Verônica. Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Eu estou relatando o que tem no ofício. Anete Maria Nunes

426

427

428

429

430

431

432 433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443444

445

446

447

448

449

450

451

452

453 454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467468

469

470

471

472

de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: A EOF está só aguardando a resolução do COMUI. Essa aprovação da inversão. A prestação de contas está zerada e concluída depois de muitos percalços com a equipe de prestação de contas sobre acesso, sobre links, sobre um monte de coisa. Então, quem está sendo prejudicada é a instituição. E eu só não quero, estou intervindo aqui, porque eu não quero que a instituição seja prejudicada de novo e tenha que parar uma obra. É uma instituição séria que está com uma obra que demorou dois anos para ser liberado o primeiro termo de fomento. Então, eu acho que a gente tem que também ser razoável, né. Se eles pediram extensão até janeiro, vamos dar até janeiro, por que a gente vai dar até fevereiro? Vai atrapalhar se a gente colocar fevereiro. Verônica Pereira, SMGOV: É isso que eu estou tentando te dizer, Anete, não vai atrapalhar, na verdade vai dar mais segurança para a entidade caso aconteca alguma coisa. Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Mo crédito é 30 de janeiro, Verônica. Verônica Pereira, **SMGOV:** Perfeito, não tem problema. Se ela tiver um prazo até, não quer dizer que se encerra exatamente naquela data, é até. Se ela conseguir concluir antes, perfeito. Tu estás me dizendo que ela já concluiu, beleza! Eu analisando um ofício não tenho como saber. A minha interpretação, para colocar uma brecha nesse prazo, é para não prejudicar a entidade. Baseado no que está escrito no ofício, que eles ainda vão realizar a despesa, para dar uma margem de segurança que eu dei esse prazo. Eu posso muito bem colocar no parecer e pedir a aprovação de vocês para 30 dias, que encerra amanhã o prazo. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga -ASMOJI: Eu entendi, é uma margem que tu estás dando. Agora, o que a gente poderia solicitar é que essa resolução seja publicada em seguida, ver com o pessoal do Fundo, porque ele precisa dessa resolução aprovada e publicada. Anete, eu entendi, ela está dando uma margem, não significa que ele vá fazer isso em fevereiro... (Falas concomitantes). Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Ele só precisa da resolução. Verônica Pereira, SMGOV: A prorrogação também precisa, senão já teria vencido em 26 de dezembro a utilização do recurso. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade: O que falta é nós votarmos, porque para mim já está mais do que esclarecido. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Então, coloca até final de janeiro. Verônica Pereira, SMGOV: Eu vou colocar por 35 dias, só para manter um padrão. Anete Maria Nunes de Oliveira, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Coloca 30 dias. Verônica Pereira, SMGOV: Até 26/01/2022. Isso? José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Mas aí é amanhã. Não dá! Anete Maria Nunes de Oliveira. Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Não importa, ele já pagou. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Mas ele precisa da resolução, Anete. Se amanhã não sair a resolução... José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Aí ele vai ter problema, Anete! (Falas concomitantes). Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Vamos para a votação. Maria da Graça Furtado, FASC: Eu acho melhor repedir o que está sendo aprovado. Verônica Pereira, SMGOV: Então, a Câmara de Projetos é favorável quanto à inversão de despesa das parcelas 01 e 02, bem como a prorrogação até 35 dias (31/01) para execução e aplicação dos recursos recebidos na parcela 01 do TF. 004/2021 e a prorrogação da prestação de contas. VOTAÇÃO: Maria da Graça Furtado, FASC: Aprovo. Verônica Pereira, SMGOV: Aprovo. Rogéria Pazini, Asilo Padre Cacique: Aprovo. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Aprovo. Raphael Hertzberg Ramalho, SMDS: Aprovo. Ana Luisa Madruga de Rodrigues, SMELJ: Aprovo. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Aprovo. Luiz Dutra Niederauer, Sociedade Porto-alegrense de Auxílio aos

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490 491

492

493

494

495

496 497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

Necessitados - SPAAN: Aprovo. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Lar da Amizade: Aprovo. 522 Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Aprovo. Rodolfo Herberto Schneider, IGG PUCRS: 523 Aprovo. Ana Beatriz da Silva Freitas, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Aprovo. 524 Diego dos Santos Centeno, Associação Comunitária do Campo da Tuca - ACCAT: 525 Aprovo. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga -526 ASMOJI: Aprovo. APROVADO O PARECER. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio 527 Grande do Sul: Câmara de Projetos, o próximo. Verônica Pereira, SMGOV: Então, ONG 528 529 PARCEIROS VOLUNTÁRIOS. Proietos: Proieto Fortalecimento da Gestão de OSCs 2022 e Dignidade 60+. Processo SEI nº: 21.0.000087463-6. A OSC solicita através de ofício 530 datado de 17 de janeiro de 2022 a transferência de valor excedente captado no Projeto 531 Fortalecimento da Gestão das OSCs 2022 para o projeto Dignidade 60+. O Projeto 532 Fortalecimento da Gestão das OSCs 2022 é no valor de R\$ 359.203,16. Ele captou R\$ 533 568.910,96, tendo um valor excedente de R\$ 209.707,80. Uma única captação excedeu o 534 valor, extrapolou. Então, esse valor passa para o Projeto Dignidade 60+. PARECER: A 535 Câmara de Projetos é FAVORÁVEL quanto à transferência do valor de R\$ 209.707,80 do 536 projeto Fortalecimento da Gestão das OSCs 2022 (Cert. 007-2021) para o projeto 537 Dignidade 60+ (Cert. 014-2021). VOTAÇÃO: Maria da Graça Furtado, FASC: Aprovo. 538 Verônica Pereira, SMGOV: Aprovo. Rogéria Pazini, Asilo Padre Cacique: Aprovo. Neli 539 Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Aprovo. Raphael Hertzberg Ramalho, 540 SMDS: Aprovo. Ana Luisa Madruga de Rodrigues, SMELJ: Aprovo. José Alfredo 541 Nahas, Parceiros Voluntários: Eu me abstenho. Luiz Dutra Niederauer, Sociedade 542 Porto-alegrense de Auxílio aos Necessitados - SPAAN: Aprovo. Ruy Pedro Baratz 543 Ribeiro, Lar da Amizade: Aprovo. Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Aprovo. Rodolfo 544 Herberto Schneider, IGG PUCRS: Aprovo. Ana Beatriz da Silva Freitas, Sociedade 545 Espírita Maria de Nazaré: Aprovo. Diego dos Santos Centeno, Associação 546 Comunitária do Campo da Tuca - ACCAT: Aprovo. Eleonora Kehles Spinato, 547 Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Aprovo. APROVADO O 548 PARECER. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Ainda a Câmara de 549 Projetos. Verônica Pereira, SMGOV: É a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO 550 ALEGRE, Projeto Humanização e Cuidado com a Saúde e Bem Estar do Idoso. Processo 551 nº 21.0.000043338-9, TF. 009/2021. Solicita através do Ofício nº 163/2021 prorrogção do 552 553 prazo de execução e da prestação de contas em 110 dias, a contar de 30 de janeiro de 2022, referente ao TF. 009/2021. Justifica tal solicitação, tendo em vista o prazo de 554 entrega do equipamento microscópico cirúrgico de 90 dias, a partir da ordem de compra. 555 Essa aquisição foi aprovada pela Resolução nº 003/22, de 11 de janeiro de 2022. A 556 entidade recebeu recurso do TF. 009/2021 em parcela única em 02 de dezembro de 557 2021, tendo prazo de 60 dias para a aplicação. Tendo em vista a justificativa apresentada 558 pela entidade esta Câmara é FAVORÁVEL À PRORROGAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS 559 **RECURSOS** POR 110 DIAS. а contar de 02/03/2022. até 22/05/2022, 560 consequentemente, a prorrogação da prestação de contas para execução do Projeto 561 Humanização e Cuidado com a Saúde e Bem Estar do Idoso, através do TF. 009/2021. 562 563 Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Algum questionamento? Senão vamos para votação. VOTAÇÃO: Maria da Graça Furtado, FASC: Aprovo. Verônica 564 Pereira, SMGOV: Aprovo. Rogéria Pazini, Asilo Padre Cacique: Aprovo. Neli Miotto, 565 Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Aprovo. Raphael Hertzberg Ramalho, SMDS: 566 Aprovo. Ana Luisa Madruga de Rodrigues, SMELJ: Aprovo. José Alfredo Nahas, 567 Parceiros Voluntários: Eu me abstenho. Luiz Dutra Niederauer, Sociedade Porto-568 alegrense de Auxílio aos Necessitados - SPAAN: Aprovo. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, 569

Lar da Amizade: Aprovo. Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Aprovo. Rodolfo Herberto Schneider, IGG PUCRS: Aprovo. Ana Beatriz da Silva Freitas, Sociedade Espírita Maria de Nazaré: Aprovo. Diego dos Santos Centeno, Associação Comunitária do Campo da Tuca - ACCAT: Aprovo. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Aprovo. APROVADO O PARECER. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: O nosso próximo item de pauta é a solicitação de representante no GT do Idoso. Atualmente quem representa o GT do Idoso é a Eleonora e a Bibiana do Banco de Alimentos. Eu, particularmente, sou da opinião que a gente deveria mantê-las, já que a gente tem um grupo de trabalho que está tentando se dedicar, principalmente à Câmara de Projetos e às câmaras. Então, eu me pergunto aos nossos conselheiros se são favoráveis a manutenção do nome da Eleonora e da Bibiana dentro do GT Idoso, se alguém tem alguma objeção, se alguém tem alguma sugestão. Verônica Pereira, SMGOV: O Banco de Alimentos não está mais aqui no Conselho, a Bibi pode continuar? Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Pode porque são indicações da sociedade civil, não precisa necessariamente estar no Conselho. Ninguém se candidata? Podemos manter os dois nomes? Eu conversei com a Bibiana ontem, hoje de manhã também, ela está em férias. Ela me disse que gostaria muito, mas no retorno das férias que vai, efetivamente, se pronunciar. Então, neste momento seguinte tem o nome da Eleonora, mas a Bibiana ficou de nos dar esse retorno mais definitivo no retorno das férias dela. A minha sugestão é que a gente faça a votação pela continuação do GT, quando a Bibiana voltar que ela possa nos dizer se continua ou não. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI: Vamos ver se tem mais alguém que queria participar do GT. Raphael Hertzberg Ramalho, SMDS: Eu sugiro, se puder ser algum conselheiro melhor, porque a ideia desse GT é justamente de acompanhamento das políticas do executivo no Município. Então, além de políticas vai discutir também o acompanhamento do plano municipal. A ideia de ter um representante do Conselho é expor ao grupo os andamentos, a situação dentro do grupo. Fica mais fácil a exposição dos assuntos com um representante atual do Conselho. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Ok, acho que podemos ter outras sugestões também. O que eu penso, como elas estão acompanhando este trabalho e auxiliaram muito na construção desse GT, acho que elas colaborariam, que a colaboração da Bibiana seria bem importante. Por outro lado, a Bibiana faz parte do fórum, da sociedade civil, a indicação também pode vir de sociedade civil, não necessariamente de conselheiro. Agora, se a gente tiver alguém aqui no grupo que queira se dispor a compor esse grupo de trabalho não tem problema... (Sem conexão). José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Se a Bibiana não puder eu me candidato. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: E se tivermos três representantes não tem problema. Então, vamos encaminhar um ofício para o GT do Idoso com os nomes. O representante do Ffo também, a gente precisa encaminhar representante. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI: É o Fórum dos Conselhos da Cidade, onde reúne todos os conselhos da cidade. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Nós temos também que encaminhar aquele e-mail que falamos no início da reunião, orientando para as atividades virtuais. Aí seguinte já puxa aquela pauta 19 ali, que uma complementa a outra, a recomendação por atividades virtuais. Nós precisamos também encaminhar um e-mail da secretaria sobre os repasses para as OSCs. Então, do GT Idoso indicamos os três nomes. Indicamos ou deixamos para a volta da Bibiana? Então, vamos para votação, consideramos aprovados os nomes da Eleonora e do João Alfredo? Aí deixamos para quando a Bibiana voltar se a

570

571

572

573

574

575

576577

578

579

580

581

582

583

584

585

586 587

588

589 590

591

592593

594

595

596

597 598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

806

609

610

611

612

613

614

615

616

gente indica o nome dela também. Votamos ou é consenso? Maria da Graça Furtado, FASC: É consenso. APROVADO POR CONSENSO REPRESENTANTES GT IDOSO. Agora representante do Fórum dos Conselhos da Cidade, onde se reúnem todos os conselhos da cidade. É sempre importante que a gente tenha representação para construir esse diálogo com outros movimentos também, com outros conselhos também Então, aqui também a gente precisa indicar um nome para que seja um representante do COMUI no Fórum dos Conselhos. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Posso sugerir? Eu não sei, eu acho que ele tem uma importância muito grande, gracas a esse Fórum dos Conselhos que não se segurou aquela lei do atual Prefeito que estava intervindo nos conselhos, eu acho que a lei que foi para a Câmara foi arquivada pelo menos temporariamente. Eu acho que ele tem um papel político muito importante de garantia dos conselhos, da voz da sociedade civil na cidade. Eu acho que ele é de extrema importância. Eu sugeriria que a Neli quando pudesse assistir. Então, a Neli enquanto Presidente fazer parte dele e eu sugeriria também o Diego, o Diego tem uma trajetória comunitária também, né, se alguém não quiser concorrer, porque eu vejo que a maioria aqui tem outro compromisso. Não que o Diego não tenha, mas ele vem do Campo da Tuca com largo trabalho, tem um excelente trânsito na comunidade com esses intercâmbios. Diego dos Santos Centeno, Associação Comunitária do Campo da Tuca - ACCAT: Por mim pode ser sim. Tendo essa parceria da gente ir combinando, quando eu não puder ir. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Eu me coloco à disposição sim. Mais alguém se dispõe? Então, se não tem mais indicações, conselheiros indicados Neli e Diego. APROVADO POR CONSENSO REPRESENTANTES FÓRUM DOS CONSELHOS. Nós temos a próxima pauta com a Saúde. Ana, tu te importas para a volta das duas férias esta pauta? Até porque o Dr. Terra também está em feras e grande parte dos questionamentos foram oriundos da experiência dele. Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Não, não me importo, e também o Jorge Osório, que é o Diretor de Regulação, possa estar junto, aí fazemos uma única apresentação, ele e eu. Não tenho nenhuma objeção. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Eu olhei o material que tu enviaste, também vários dados interessantes ali, até de estudos, inclusive, eu acho que eles vão se alterar, por conta dessa nova variante. Acho que a gente ainda vai ter coisas para discutir no retorno das férias de vocês. Ana Rosária Sant'Anna, SMS: Está certo, não tem problema. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Obrigada. Gente, vamos seguir a pauta, vamos ver o recesso de fevereiro. Nós tínhamos pensado em fazer uma reunião mensal. mas pelo visto e tamanho das nossas pautas, penso que uma reunião mensal vai ficar muito puxado. Eu sou favorável que a gente vote por uma plenária quinzenal. Não sei o que vocês pensam, mas a gente já poderia estipular as datas. Alguma sugestão? José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Pode ser dias 8 e 22, Presidente. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Sim, pode. Alguma outra sugestão? Então, está ok. Maria da Graça Furtado, FASC: Só próprio comunicar que no mês de fevereiro vou estar de férias, mas, provavelmente a Maria Anira poderá acompanhar. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Perfeito. Então, as PRÓXIMAS PLENÁRIAS DIAS 08 E 22 DE FEVEREIRO. Agora nós temos qualquer sobre o convite para o lançamento do livro do Grupo da Longevidade Vida a Vida, três décadas de história do grupo. Esse grupo escreveu um livro sobre a sua história e ele de fazer esse lançamento de forma presencial. Como a gente tem essa nova variante com uma taxa de transmissão muito alta, nós pensamos em fazer um comunicado para as OSCs para que se realizem as atividades virtuais, pensamos em encaminhar um e-mail para a organização para que

618

619

620

621

622623

624

625

626

627

628

629

630

631

632 633

634

635

636

637

638

639

640 641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

ela pudesse pensar nessa possibilidade de fazer esse lançamento de forma virtual para que as idosas não sejam expostas. Nós sabemos que são várias idosas e todas com idades avançadas,o que pode ser um risco não só para elas que estão lá, mas também para quem chega de fora para o lançamento. Então, se nós pudermos fazer esse encaminhamento eu acho que seria bastante importante. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga – ASMOJI: Não é específico para o Viva a Vida, porque é uma decisão dela, porque são umas 30, 40 pessoas. Eu comentei com elas que achava que não era prudente. Eu acho que nós tínhamos que mandar um comunicado para todas, inclusive, para ela, mas um comunicado geral falando do agravamento da pandemia. Dizendo que o COMUI indica ou faz a sugestão de que as atividades enquanto persistir essa pandemia em alta que as atividades sejam realizadas virtuais. E evitar, porque a gente sabe, quem trabalha com idosos sabe, se deixar aberto a atividade eles vão, conseguem escapar da família e vão. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Sim, como uma pauta puxa a outra. Ana Rosária Sant'Anna, SMS: É, depois das festas de final do ano e com a presença da Ômicron, com as aglomerações, porque as pessoas fizeram festas inclusive nas ILPIs, começou a aumentar muito o número de casos e houve o aumento vertiginoso, exponencial de casos. Então, foi criada uma equipe de apoio às ILPIs, que eu coloquei o número do WhatsApp no grupo, todas podem entrar em contato para essa questão da testagem e questões de surdos. Infelizmente, realmente, tem muitos casos de surtos. Então, essa é a situação. A Neli falou comigo hoje sobre a questão de termos uma nova norma técnica. Então, eu falei com a Vigilância. Então, permanecem as mesmas normas e protocolos sanitários, de não fazer aglomerações, de manter o distanciamento social. Então, a gente só tem que ratificar o que já foi dito e encaminhado pela vigilância sanitária para as ILPIs. Eu sugiro que a gente não diga que é uma nova situação, mas que ainda estamos em pandemia, que com a nova variante que se intensifique as medidas sanitárias. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: As ILPIs recebem isso bem mais claro, mas para os grupos de convivência nós vamos ter que reforcar mais. Então, eu acho que se ratifica todos esses cuidados e colocara sugestão para evitarem as atividades presencias. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Não pode ser um texto muito longo, um parágrafo bem sucinto dizendo que a pandemia não terminou e que as medidas sejam intensificadas, que evitem ser atividades presenciais e de aglomeração. Então, a pauta 15 a gente vai enviar o e-mail com as orientações, a pauta 19 é o mesmo assunto, a comunicação também para todas as OSCs pedindo que se reforcem os protocolos de segurança, encaminhando a mesma orientação. Então, acho que para os dois a mesma comunicação. PAUTA 16 -PROJETO EMERGENCIAL. Nós temos algum posicionamento, Raphael? Raphael Hertzberg Ramalho, SMDS: Eu acho que o Leandro está na reunião. Leandro Fraga Santos, SMDS: Veio um despacho para nós no dia 17, esse processo já está em andamento desde julho do ano passado. Eu vi que a PMS já deu o parecer favorável. Foi encaminhado para a nossa EOF, que está providenciando a abertura do termo de fomento e o termo de parceria e de aplicação do PL. Isso ainda vai demorar pelo menos uns 30 dias. Nós recebemos agora no dia 17 de janeiro. Verônica Pereira, SMGOV: Como o Banco de Alimentos é regido pela lei do MIROSC, tinha um problema no sistema do TCE, onde se informa as parcerias que não aceitavam essa lei. Então, ainda está tendo um movimento para tentar alterar isso para conseguir fazer o cadastro da parceria, porque é o impeditivo para o empenho. Sem esse cadastro não tem como fazer empenho. Então, ainda estão tentando resolver essa parte para conseguir concretizar a parceria.

666

667

668

669670

671

672

673

674 675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690 691

692 693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708709

710

711

Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: E como foi feita a outra parceria, Verônica? Verônica Pereira, SMGOV: O da cartilha ainda não tinha essa migração de informação com o TCE. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Ah, bom. Se tudo isso tivesse corrido bem mais cedo, né, já poderia estar liberado o recurso. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: E as instituições estão precisando agora, agora é o momento que deveria estar chegando para as instituições. Sinceramente, eu não sei o que mais a gente pode fazer para agilizar isso. Leandro, este é o momento crucial para que as ILPIs consigam não ter surtos dentro das unidades e um surto dentro de uma unidade, seguramente, acarreta muito mais consequências, porque se o familiar abre um processo contra a unidade, a unidade pode responsabilizar a Prefeitura também pela falta do envio do material de proteção, né. Então, é a corresponsabilidade que a gente tem enquanto órgão público. Leandro Fraga Santos, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS: Neli, o que eu posso estar verificando, é entrar em contato com a nossa setorial e procurar agilizar esse registro. Eu sei que a Verônica já deve ter tentado, isso é uma coisa nova para nós, o sistema de controle está ficando bem mais rígido, nós estamos com vários processos trancados justamente pela falta de registro. Nós estamos criando, inclusive, uma equipe dedicada a isso, por conta desse problema de registro no TSE. Então, sexta-feira eu retorno para ti e te dou uma posição definitiva sobre isso de como nós podemos atacar e conseguir as exceções, inclusive com a intervenção do secretário se for possível. Não vou dizer que sim nem que não, mas vamos tentar avançar nesse processo. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Está bem, a gente aguarda até sexta-feira sobre o posicionamento. Obrigada, Leandro e Verônica. PAUTA 17 - PLANO MUNICIPAL DO IDOSOS. A próxima pauta seria o Plano Municipal da Pessoa Idosa, mas é muito mais uma informação sobre os recursos, se tem alguma informação a respeito da dotação orçamentária das secretarias com relação ao plano. Raphael Hertzberg Ramalho, SMDS: Presidente, nós abrimos um SEI solicitando a cada secretaria e não tivemos todos os retornos ainda. Então, não há um novo posicionamento a vocês. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Tu achas que na próxima reunião teremos um retorno? Raphael Hertzberg Ramalho, **SMDS:** Eu acredito que sim, porque nós colocamos data lá no SEI, até era para termos o retorno para vocês até a data de hoje. Eu pedi ajuda do Chefe de Gabinete da Secretaria para reforçar essa importância junto aos secretários envolvidos sobre dotação orçamentária. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Perfeito. Então, fica para a próxima pauta como um dos itens a serem tratados. Agora eu queria uma palavrinha do Leandro, da Verônica, a respeito dos repasses. O que tem acontecido? As instituições por conta dessa migração de sistema não têm recebido os repasses do mês de janeiro. As instituições estão ligando para todo mundo, eu acho que não é só para mim, para várias pessoas, eles estão ligando porque tem folha de pessoal para pagar, porque tem despesas para pagar, porque tem material necessário para adquirir. Como os repasses não estão vindo eu pedi para o Leandro nos dar uma previsão de quando isso poderia estar iniciando esses repasses para as instituições, para que a gente de alguma forma consiga tranquilizar, através de um e-mail, uma comunicação que a gente possa dizer - Olha, nós estamos no momento de transição, mas a partir do dia tal os pagamentos vão comecaram a ser feitos. Não sei se tu tens alguma orientação sobre isso que tu queiras nos passar, Leandro. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Eu acho que não é só a questão dos repasses, eu acho que a gente tem que pensar no processo construtivo, porque as organizações também estão reclamando muito de uma

714

715

716

717

718

719

720 721

722

723

724 725

726

727

728

729

730 731

732733

734

735

736 737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753754

755

756

757

758759

760

falta de padrão, inclusive nos apontamentos. Então, tem organizações que tem 2, 3 projetos e para um vai tudo normal, para outra o apontamento é diferente. Então, está uma coisa assim, as organizações estão ficando malucas, porque elas estão recebendo apontamentos que antes não eram feitos. Então, a impressão que a gente é que com essa migração e as novas pessoas tem apontamentos inclusive descabidos, por exemplo, de apontar coisas que não estão nem seguindo nem o termo de fomento. Então, acho que é importante a gente entender de que forma a gente pode alinhar isso, porque tem uns apontamentos que chegam atrasados para as organizações, aí já trancam os repasses das organizações. Então, esse fluxo está um pouco conturbado nesse momento. Então, acho que a gente precisa ver de que forma a gente pode sentar junto com as organizações, com vocês, para a gente fazer esses alinhamentos, porque não estão seguindo nem o manual de prestação de contas. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: Sim, é uma enxurrada de reclamações, várias OSCs reclamando muito, mas muito mesmo. Essa inconsistência nas notificações, inclusive, para a mesma OSC em números de parcelas diferentes. Então, isso está muito ruim, elas estão com dúvidas. Então, as OSCs estão preocupadas com quem está fazendo essa análise da prestação de contas, se tem um padrão, se está seguindo a mesma análise da prestação de contas que estava com a equipe anterior. E eu acho imprescindível, nós já falamos na executiva também, que a gerência faça um comunicado para as OSCs desse atraso por apostilamento, que Andreia nos colocou que teria um atraso de mais de 10 dias. Nós pedimos na executiva que se comunicasse as OSCs sobre isso, explicar esse processo e que colocar. Ela disse que ia esperar ter certeza, Leandro, de qual é a data que isso vai estar tudo feito para começar a liberar as parcelas. Então, a gente precisa dar essa resposta para as OSCs, porque no Fórum e nos privados nossos elas estão perguntando direto. (Falas concomitantes). Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Vamos deixar o Leandro falar. Leandro Fraga Santos, SMDS: Nós precisamos trabalhar juntos, porque nós temos que resolver tudo agui. Independente de ser secretaria ou entidade, nós temos que caminhar para frente e fazer com que as entidades tenham condições de sobrevivência. Nós temos um processo que se iniciou agora dia 1º de janeiro a transmissão oficial. Nós temos e será passado até amanhã uma... Eu me comprometo, até para que eu dimensione esse prazo, mas eu já havia pedido para a Andreia apaziguar em alguns casos, e o foi o que ela fez, mas não foi o suficiente, eu sei. Nós vamos até amanhã dar um comunicado para todos, mas deixa eu explicar um pouco o processo para vocês. O apostilamento que nós temos que fazer é trazer juridicamente para a SMDS os contratos que estavam na SMGOV, trazer as dotações orçamentárias que estavam lá está para dentro dos contratos. Isso tudo tem que ser registrado no Licitacon, tem que passar por uma procuradoria para uma análise, que já foi feito e já estava pronto para ser realizado nesse momento. E foi feito! Tudo que nós tínhamos de fazer antes de ir para o efetivo nós fizemos, quando nós nos deparamos com as transferências bancárias que deu problema, as transferências do banco que nós tivemos que alterar os nossos ordenadores financeiros no meio do caminho... Claro, a OSC não tem a ver com isso, mas tem a ver com o processo. Então, todo mundo estava comunicado, mas, efetivamente, quando se verificou que saiu da SMGOV e veio para SMDS, vieram os holofotes e começaram a questionar itens que eles não questionaram em dezembro e novembro quando nós iniciamos o processo. Então, isso acabou acarretando em dois, três dias e efetivamente perdemos a ótica do final ali de quando nós iríamos pagar. Hoje eu já conversei com a Controladoria Geral do Município, que é quem nos permite o pagamento, que faz a análise dos contratos, já concluiu as análises, mas ainda não colocou isso nos processos. Com isso eu fico amarrado para fazer as

762763

764

765766

767

768 769

770

771

772

773

774 775

776

777

778779

780

781

782

783

784 785

786

787

788

789

790 791

792793

794

795796

797

798

799 800

801

802 803

804

805

806

807

808 809

transferências. Os bancos já estão ok, já estão todos acertados, já estão com os ordenadores. Eu já posso assinar pela SMDS, só estou aguardando essa posição da minha Controladoria, que vai me dar o sim para fazer as transferências. Eu recebi agora há pouco o comunicado deles que até amanhã na parte da manhã vou ter essa análise e pareceres nos processos, com isso na parte da tarde eu já conseguiria fazer os reparos. Ok, mas eu ainda dependo deles me darem essa autorização, que apesar de tudo eles ainda são os ordenadores do processo final. Então, amanhã, na parte da manhã, vou ter esse posicionamento se eu vou conseguir fazer na parte da tarde todos os que estavam previstos para o dia 17 e também os do dia 30, para não atrasar o do dia 30. Então, todos os processos já foram encaminhados de uma vez. Não sei se eu fui claro, mas fico aberto a perguntas, mas amanhã terei a resposta em definitivo. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Sim. E a quem as OSCs podem se reportar para tirarem as dúvidas com relação a prestação de contas? Quem é a equipe? Leandro Fraga Santos, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS: Não vou liberar todos os contatos por conta de que eu quero que a prestação de contas preste a informação centralizada. Eu vou direcionar isso para o chefe da equipe de prestação de contas. Não há mudança, apenas a equipe foi reforçada. O intuito da prestação de contas é de ficar todo com aquele apontamento que está dentro do manual e dentro da lei. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Eu faco parte da Comissão de Finanças do CMDCA, eu entendo e a gente avalia, vê as guestões, eu só estou dizendo que o que está chegando para nós é uma queixa dessa mudança ou talvez desses padrões. O que a gente está precisando é fazer esse alinhamento para que também as OSCs figuem mais tranquilas. Eu entendo que essa migração impactou em muito no trabalho, não estou desmerecendo. eu entendido disso, mas é só para deixar também as organizações sociais dentro de uma posição mais tranquila. Então, seria pegarmos juntos, ver como ajudar, só para a gente fazer esse alinhamento. É um processo de construção, é só nesse sentido. Leandro Fraga Santos, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS: EU acho que a gente poderia utilizar um GT de trabalho conjunto entre o CMDCA e COMUI para melhorar a burocracia da prestação de contas. José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários: Eu já me candidato para trabalhar nesse GT, porque eu sou extremamente favorável. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Nós temos só mais alguns minutinhos, quero abrir para a Nora para os encaminhamentos finais. Eleonora Kehles Spinato, Associação de Moradores do Jardim Ipiranga - ASMOJI: É importante a gente aguardar esse comunicado detalhado para poder repassar para as OSCs. Duas coisas, eu acho que o poder público também tem que ver que precisa de RH, há 4, 5 anos o COMUI não era junto com o CMDCA, tinha um espaço físico superbom e tinha 9 servidores só para o Conselho do Idoso, agora nós temos uma na gerência, duas pessoas. Aumentou muito o número de OSCs, o número de projetos e a captação de recursos. Eu acho que precisa sim o poder público rever isso, tem que ter um mais RH. Claro que não é possível uma pessoa, duas, fazer prestação de contas de 400 do CMDCA e 60 e tantos projetos do COMUI. Então, o poder público tem que se conscientizar sim de colocar RH para essa a prestação de contas. Então, a gente espera isso, Leandro, para que a gente consiga minimizar a ansiedade das OSCs com alguma resposta. Leandro Fraga Santos, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social -**SMDS:** Ok. Eu garanto a vocês que amanhã terão uma resposta. Eu mesmo vou disparar um e-mail com os meus contatos. Quanto à RH nós temos que entender alguns movimentos que a economia faz e afeta a prefeitura como um todo, ela tem uma lei de responsabilidade fiscal que é atrelada às receitas dela. Então, ela não pode experimentar

811

812

813

814 815

816

817

818 819

820

821 822

823

824 825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836 837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853 854

855

856

857

RH em cima disso. Eu sei que eu vou estar explicando coisas que a gente não vai trabalhar agora... Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: É que a gente teve uma arrecadação da receita em Porto Alegre, daí a gente não consegue justificar. Leandro Fraga Santos, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS: Mas eu vou colocar para vocês e a Verônica pode me dar o amparo, quando eu aqui chequei a prestação de contas tinham dois ou três, hoje já tem sete. A EOF que faz o pedido de liberação era o Francisco, o Max e às vezes a Mônica, hoje nós já estamos botando quatro. Então, nós estamos tentando colocar nas áreas que travam o processo financeiro e realmente nós não esquecemos da área que faz o atendimento, mas ainda estamos carentes, nós prevíamos ter oito pessoas na área da Andreia. Até conseguimos, mas tivemos que exonerar, porque não se adaptou. Ainda tem essa situação, não é todo recurso humano que vem para agregar, ele vem para ser número. Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul: Devido ao adiantado eu também preciso sair, nós vamos ficar aguardando o teu retorno amanhã para que a gente possa encaminhar uma orientação sobre a questão dos repasses e normativas. Ficamos abertos para montar esse grupo de trabalho para que a gente possa de forma colaborativa construir esses procedimentos, processos, né, para que a gente possa auxiliar a secretaria, assim como a gente possa auxiliar as entidades no momento do encaminhamento, da prestação de contas, durante os procedimentos que precisam ser encaminhados. Gente, por hoje agradeço muito. Muito obrigada. Passamos do nosso teto, mas vencemos a pauta. Muito obrigada e um bom descanso para vocês.

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868 869

870

871

872

873874

875

876

877

878 879

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião virtual da Plenária do Conselho
Municipal do Idoso, às 17h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa
Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.